



Migrantes na periferia: indígenas, europeus e japoneses no Paraná durante as primeiras décadas do século XX

*Migrants on the periphery:
Indigenous Brazilians,
European and Japanese
immigrants in the state of
Paraná during the early
decades of the twentieth
century*

Ursula Prutsch

Professora do Departamento de História Cultural/
Ludwig-Maximilians-Universität München.
Schellingstrasse 3/VG
80799 – München – Alemanha
ursula.prutsch@lmu.de

Recebido para publicação em dezembro de 2012.

Aprovado para publicação em agosto de 2013.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702014005000005>

PRUTSCH, Ursula. Migrantes na periferia: indígenas, europeus e japoneses no Paraná durante as primeiras décadas do século XX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://scielo.br/hcsm>.

Resumo

Analisa os processos de transformação cultural no Brasil realizados por imigrantes europeus e japoneses, que trouxeram padrões culturais e identidades distintas e se transformaram pela interação com a(s) cultura(s) da sociedade receptora. Tomando como exemplo o estado do Paraná, o artigo oferece um mosaico de culturas em transição por meio do estudo de micro-histórias. Aborda o enfrentamento entre austro-poloneses e austro-ucranianos com os índios botocudos; o discurso de Alberto Frič sobre as perseguições bugreiras no 16º Congresso Internacional de Americanistas em Viena; a colonização no norte do Paraná por europeus; a imigração japonesa como um elemento do “outro exótico”, assim como os conflitos políticos na colônia pluriétnica de Rolândia.

Palavras-chave: indígenas; imigrantes europeus; imigrantes japoneses; relações interétnicas; Brasil.

Abstract

This paper analyzes the processes of cultural transformation in Brazil resulting from European and Japanese immigrants, who brought cultural patterns and distinct identities and were transformed by interaction with the culture of the host country. Taking the example of the state of Paraná, the article offers a mosaic of cultures in transition through the study of micro-stories. It addresses the clash between Austro-Polish and Austro-Ukrainian immigrants with Botocudos Indians; the discourse of Alberto Frič on persecution against indigenous Brazilian Indians at the 16th International Congress of Americanists in Vienna; the colonization in northern Paraná by Europeans; Japanese immigration as an element of the “exotic other,” as well as political conflicts in the pluriethnic colony of Rolândia.

Keywords: Indigenous Brazilians; European immigrants; Japanese immigrants; interethnic relations; Brazil.

A bordo neste estudo os processos de transformação cultural do Brasil dentro de um contexto global por meio dos imigrantes europeus e asiáticos (japoneses), que traziam consigo padrões culturais e identidades diferentes para o novo contexto, no qual se deparavam com as culturas da sociedade receptora. Tomando o Paraná como exemplo, este artigo oferece por meio de micro-histórias um mosaico de culturas e identidades em transição – culturas que se cruzam, que se entrecrocavam, que se conectam. Objetivo mostrar o grau de internacionalização, mesmo em um contexto local, e oferecer uma visão de caráter intercultural, na qual etnias distintas raramente viviam isoladas uma da outra. Isso porque “as diretrizes brasileiras para a instalação de núcleos coloniais no sul do Brasil preconizavam a pluralidade étnica, envolvendo no mesmo estabelecimento uma mescla de estrangeiros com nacionais” (Andreazza, 2011, p.23).

As micro-histórias que acontecem nesses espaços oferecem “história imbricadas” (*entangled histories*) (Rothermund, 2005), descrevem “zonas de contatos” (*contact zones*) (Pratt, 1992). Elas podem ilustrar consequências dos processos de globalização num contexto local e podem abrir novas perspectivas, desafiar tradições nacional-estaduais e ensejar sugestões para o extenso campo da pesquisa sobre migração, que foi enriquecido pelos conceitos do “migrante transnacional” (Hoerder, 1996; Hoerder, Hébert, Schmitt, 2005).¹

Mundos divergentes nas fronteiras

Em 1896, índios brasileiros como botocudos atacaram e mataram 19 austro-ucranianos recém-imigrados em um aldeamento em “linha Moema”, no estado do Paraná.² As vítimas foram três homens, nove mulheres e sete crianças. Antes do massacre, os índios já haviam alertado os colonos europeus de que, naquele local, estavam sepultados seus antepassados. No entanto, o diretor da colônia subestimou o gesto de ameaça e tratou de acalmar os recém-chegados (Pohl, 30. Dec. 1896, Pohl, 4 Okt. 1900).³

Dois anos mais tarde, três colonos foram mortos em Iracema e, em 1899, outros dez colonos ucranianos (ou rutênios, como eles se chamavam), em Lucena, no município de Rio Negro, quando trabalhavam na mata (Pohl, 4. Okt. 1900). As vítimas viviam em aldeamentos espalhados e isolados, e os colonos, em sua maioria ucranianos e membros do rito greco-católico³, tinham uma relação conflituosa com o sacerdote polonês (católico) de Lucena. Enquanto alguns artigos na imprensa noticiavam “botocudos antropófagos” que teriam esquartejado suas vítimas, outros artigos tentavam entender os motivos que teriam levado o grupo indígena a cometer tais atos (Der Beobachter, 1. Mai 1901; A República, 3. Mai 1901). Outros incidentes também ocorriam na região: os índios entravam nas cabanas durante o dia ou à noite para roubar objetos de metal para suas pontas de flechas (Santos, 1973, p.210).

Esses acontecimentos, característicos de áreas de fronteira (Slotkin, 1993, p.14), foram discutidos apenas entre os diplomatas austro-húngaros e seu respectivo Ministério das Relações Exteriores em Viena, mas causaram também conflitos entre o governo federal e o governo do estado do Paraná. Os poucos documentos sobre os incidentes, que se encontram no Arquivo Nacional em Viena, revelam os debates políticos e ideológicos em vigor no Brasil pouco antes de 1900: a formação de uma nação brasileira, a integração dos indígenas, a rápida internacionalização de regiões devido ao grande fluxo de imigrantes europeus (e depois

asiáticos) e, por consequência, certos sentimentos nativistas. Uns postulavam a modernidade e a missão civilizadora (Osterhammel, 2005) por meio dos fluxos migratórios globais, outros construíam cenários de uma ameaça nativa. Espalharam-se, por exemplo, rumores de um “perigo alemão” devido aos duzentos mil imigrantes do *Reich* alemão no sul do Brasil (Alves, 2008). Ao mesmo tempo em que os colonos não se sentiam constrangidos a matar indígenas nas zonas de fronteira, as elites urbanas se acostumaram a posicionar os índios nas esferas da arte e da literatura, como fizera José de Alencar em *O guarani* (1857) e *Iracema* (1865).

Depois do ataque indígena em Lucena, Walter Pohl, vice-cônsul austro-húngaro em Curitiba, mandou seu adido cultural Jurystowski inspecionar a colônia. A viagem até o local, feita a barco e a cavalo, durou três dias. Para os diplomatas, estava claro que os colonos de Lucena, Moema e Iracema precisavam de armas e munição. Assim, o cônsul Pohl solicitou ao presidente (governador) do estado do Paraná, Francisco Xavier da Silva, o empréstimo de entre sete e dez fuzis por aldeamento. Também orientou o presidente do estado a respeito de como proteger os imigrantes. Segundo Pohl, o governo deveria contratar um grupo de bugreiros para matar os “selvagens” em uma ação de desforra. Francisco Xavier da Silva, no entanto, recusou a lição e o pedido, argumentando que o governo não tinha dinheiro, que o armamento de colonos era perigoso para a segurança e, além disso, que os botocudos eram inofensivos, pois havia intercâmbios entre colonos e índios (Kuczynski, 6. Apr. 1901).

O presidente do estado do Paraná lançou em contrapartida uma campanha de ataques intensos contra a política dos diplomatas austro-húngaros na imprensa local e até mesmo federal, criticando a guerra de extermínio contra a população indígena do estado. Como consequência, o embaixador austro-húngaro em Petrópolis, Eugen Ritter von Kuczynski, queixou-se ao ministro das Relações Exteriores Olinto de Magalhães a respeito do “preguiçoso” presidente do estado do Paraná. O ministro reagiu e repreendeu o político paranaense pela falta de respeito com os europeus, visto que estes haviam sido tão necessários em um país com dificuldades econômicas muito graves. Um artigo no jornal *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, afirmou que no Paraná havia cinquenta mil austro-ucranianos e austro-poloneses, formando o maior grupo de estrangeiros do estado, e que uma eventual proibição da migração da parte do governo austríaco seria prejudicial para a economia paranaense (Kuczynski, 1901).

Nesse debate, os representantes do Império austro-húngaro receberam o apoio moral da imprensa teuto-brasileira nacionalista, especialmente dos jornais *Germania* e *Der Beobachter*. Esses periódicos se dirigiram aos colonos de língua alemã e trataram os imigrantes austríacos como se fossem cidadãos do próprio Império alemão. Numa época de nacionalismos exacerbados na Europa, as elites políticas do *Reich* alemão equiparavam a língua à nação e, além disso, defendiam a supremacia étnica alemã. Essa definição de nação, oriunda do romantismo, não se difundiu no Império Habsburgo pluriétnico, em que apenas 1/3 dos súditos falava o idioma alemão. Nesse conflito entre colonos e indígenas, porém, a imprensa teuto-brasileira defendeu as vítimas da potência europeia vizinha, mesmo que elas fossem na verdade de origem ucraniana e não alemã. Isso porque se tratava de um conflito entre o “novo” e o “velho” mundo (Die österreichische..., 2. März. 1901, *Der Beobachter*, 30. Jan. 1901).

Os dois jornais defenderam uma “solução” armada e a prática de mandar bugreiros para as colônias, tal como fora proposto pelo cônsul austro-húngaro. Esses grupos de bugreiros contavam com cerca de oito a 15 homens e eram verdadeiras expedições de guerra, constituídas

em sua maior parte por mestiços ou índios já “pacificados” (Santos, 1973, p.77). Em uma dessas expedições, em 1895, foram executados perto das colônias ucranianas quarenta botocudos, como se chamavam os povos locais de Xoklêng e Caingangues (Pohl, 4. Okt. 1900). O presidente do estado do Paraná colocou-se contra essa prática de contratar bugreiros e tentou solucionar o “problema indígena” de outra forma. Ele mandou “índios pacíficos”, denominados coroados, para Lucena. Eles foram instalados na antiga cabana da família de Ignac Nycz, que havia sido morta e cujos três filhos sobreviventes tinham ido para Rio Negro. Desterrados, os coroados logo começaram a mendigar e a roubar as reservas de comida dos outros colonos. Por esse motivo, em outubro de 1900, dois colonos viajaram de Lucena para Curitiba e pediram ajuda ao consulado austro-húngaro, pois “os botocudos [nos] matam e os coroados comem as [nossas] provisões”. A Sociedade Filantrópica Austro-Húngara (Österreichisch-Ungarischer Hilfsverein) recolheu dinheiro para as famílias dos falecidos (Bericht..., 26. Okt. 1900). Não é possível afirmar com segurança se os ucranianos compraram armas com essas doações ou se continuaram a viver com os 27 coroados, uma vez que as fontes presentes no Arquivo Nacional em Viena terminam em 1902.

Migrantes versus indígenas: indagações da pesquisa em contexto de globalização no Brasil

Essa micro-história serve para analisar vários elementos da globalização no Brasil durante a *belle époque*. Esse processo de internacionalização foi profundamente marcado por fluxos migratórios e por mecanismos de integração, que se baseavam em relações de poder assimétricas (Geyer, Bright, 1995, p.1049; Conrad, Eckert, 2007, p.7-8). Além disso, a descrição desse incidente na fronteira aponta aspectos e perspectivas até agora negligenciados pela historiografia: primeiro tematiza a contribuição dos imigrantes do Império austro-húngaro nos fluxos migratórios para o Brasil. O paradeiro de seus súditos e sua integração no país que os recebeu é algo difícil de ser reconstruído devido à estrutura pluriétnica da monarquia austro-húngara.⁵ As informações quantitativas e as fontes secundárias são fragmentadas e frequentemente equivocadas, uma vez que misturam categorias estaduais/territoriais com etnias/línguas. Nas listas de passageiros dos portos europeus e em vários livros sobre migração constavam às vezes, ao mesmo tempo, “alemães”, “tirolezes”, “boêmios”, “poloneses” ou “italianos”, sem considerar os diversos contextos regionais. As listas de passageiros eram montadas a partir de dados de documentos (passaportes ou carteiras de identidade da região de origem) ou pela autodefinição do próprio migrante.

A categorização é realmente muito complexa, em vista do fato de que as identidades têm um caráter processual. Por exemplo, um migrante de Prachatice (hoje na República Tcheca, mas que antes de 1918 pertencia à parte austríaca do Império austro-húngaro) podia se autodefinir como “boêmio”, conforme a região onde nascera; como “alemão” ou “tcheco”, conforme sua língua materna; como “austríaco”, em conformidade com o Estado; como “austro-húngaro”, conforme seu passaporte; ou, caso se tratasse de alguém de origem judaica, como “judeu”, conforme sua crença religiosa.

Às vezes mencionam-se nos livros “emigrantes da Polônia”, embora esse país só tivesse passado a existir como Estado autônomo em 1918.⁶ Os ucranianos/rutênios raramente

aparecem na antiga literatura sobre migração. O mesmo ocorre com o Império austro-húngaro, ainda que por seu tamanho e sua heterogeneidade econômica e social fosse um dos mais significativos países de emigração da Europa. Entre 1876 e 1910, cerca de 3,5 milhões de cidadãos austro-húngaros migraram para as Américas. Cerca de setenta a oitenta mil deles se dirigiram ao Brasil (Englisch, 1913, p.122). Na Áustria republicana, existem poucos estudos sobre fluxos migratórios para o Brasil (Prutsch, 2001, 2011, Schlick, Schabus, 1996; Ilg, 1982), e até hoje não foi publicada nenhuma monografia a respeito da emigração austro-húngara para o Brasil ou para a América Latina.⁷

Tal tema deveria ser pesquisado por um grupo de historiadores dos países oriundos do Império austro-húngaro em cooperação com colegas brasileiros. Provavelmente não se pode mais retificar as estatísticas de imigração, ainda que a digitalização de várias listas de passageiros ofereça uma nova visão.⁸ De todo modo, o foco em resultados quantitativos não me parece desejável, visto que é possível reconstruir temas, assim como perspectivas mais relevantes e interessantes, por exemplo, a transferência de símbolos culturais materiais e imateriais para o Brasil, os conflitos interétnicos, as formas de coabitação interétnica, a política do Império austro-húngaro, bem como a de outros países europeus com relação a seus súditos emigrados, as construções e reinvenções das próprias histórias por parte dos emigrados, além da reorganização sociocultural dos colonos fixados nas áreas rurais (Andreazza, 2011) e urbanas.

O conflito descrito entre os ucranianos e os indígenas evidencia que, mesmo impérios que não possuíam colônias no ultramar, como no caso da monarquia austro-húngara, também podiam agir de forma colonialista e social-darwinista.

Sem dúvida, a reconstrução do “próprio” com relação ao “alheio” – a reconstrução do destino dos “alemães”, “italianos”, “poloneses” – faz parte de interesses importantes e legítimos de uma pesquisa que se concentra no Estado nacional. Entretanto, não se deve esquecer que a Europa não foi ou é composta só por Estados nacionais. A Suíça e o Império austro-húngaro prestam-se como bons exemplos de onde o modelo do Estado nacional não serve como categoria de estudo. Por isso, vale a pena desconstruir tais paradigmas, analisar as interações interétnicas e a forma como influem tanto na história global quanto nas perspectivas transnacionais.

Precisamente os agentes da emigração, em especial na Galícia austríaca, onde morava muita gente pobre e analfabeta, tiraram habilmente proveito dos conflitos étnicos. Assim, fez-se circular, por exemplo, a notícia de que o Brasil estaria sob o domínio do príncipe Rodolfo, filho do imperador austro-húngaro Francisco José (morto em 1889), e de que o próprio imperador estaria recomendando a emigração para aquele país, fato que os poloneses estariam ocultando dos rutênios/ucranianos. Esse boato funcionou porque os ucranianos greco-católicos eram reprimidos culturalmente pelos poloneses, estavam mal representados na câmara dos deputados e, religiosamente, estavam sob o domínio dos sacerdotes católicos. Outros rumores, dirigidos aos poloneses da fé católico-romana, afirmavam que a “rainha do Brasil”, a imperatriz Leopoldina, após sua morte e com o apoio do papa em Roma, teria legado terras brasileiras aos camponeses poloneses (Prutsch, 2011, p.18). Uma boa parte dos poloneses e rutênios austríacos que emigraram para América Latina se instalou no estado do Paraná, pois o Império dos Habsburgo fundara um consulado em Curitiba.

Em região de fronteira, ocorrem enfrentamentos entre povos indígenas e colonos. Em contraposição aos estudos antropológicos, os indígenas foram muito tempo negligenciados nas pesquisas sobre migração para a América Latina nos países de língua alemã (incluídas as minhas).

Os conflitos entre colonos austro-ucranianos e indígenas, assim como a migração em massa de europeus e japoneses para o estado do Paraná, podem servir como exemplos de *Glokalisierung* (“glocalização”). O sociólogo alemão Ulrich Beck (1997) criou esse conceito, composto pelas palavras *Globalisierung* (“globalização”) e *Lokal* (“local”), para explicar que os mecanismos da internacionalização, a globalização em fins do século XIX, também se manifestaram em espaços rurais e locais, fora dos grandes centros urbanos. Os imigrantes contribuía na estruturação desses espaços. Nesse aspecto, o artigo se refere ao livro paradigmático de Edward Soja, *Postmodern geographies* (1989), no qual o autor explica que o espaço não é só um cenário de atos humanos, contatos sociais e relações de poder, mas também um produto e uma causa dessas interações complexas.

Indígenas, bugreiros e o Congresso Internacional de Americanistas em Viena

Durante o século XIX, imigrantes europeus se enfrentaram regularmente com grupos indígenas no sul do Brasil, com Guaranis, Xoklêng e Caingangues, integrantes do grupo linguístico Gê (Santos, 1973). Tais grupos viriam a se dispersar, além de sofrer um acentuado declínio populacional, causado justamente pelos imigrantes, pelas sociedades de imigração e pelos governos das províncias (a partir de 1889, os “estados”). Os colonos, desinteressados pelas culturas indígenas, usavam os termos “bugres” ou botocudos para denominar qualquer índio que correspondesse a sua concepção de “selvagens desalmados”. Alguns políticos e colonos estavam convencidos de que o extermínio, tal como praticado nos EUA, deveria ser aplicado também no Brasil. Outros defendiam as reservas como “solução” (Santos, 1973, p.83; Penny, 2003, p.261). “A imagem romântica que se fazia do indígena nos setores urbanos do país emergiu vigorosa em oposição à imagem sanguinária e bárbara que aparecia no sertão” (Santos, 1973, p.116). Os enfrentamentos entre “civilização” e “barbárie” foram comentados também na Europa, não apenas na correspondência entre os respectivos ministérios das Relações Exteriores e suas representações diplomáticas, mas também durante o 16º Congresso Internacional de Americanistas em Viena.

Esse grande evento ocorrido em 1908 foi a expressão de um cosmopolitismo científico que havia se intensificado no fim do século XIX e deveria refletir, como em outros eventos similares, as tensões entre nacionalismos e internacionalismos, entre valores científicos e políticas imperialistas (Fuchs, 2002). O Congresso mostra bem a falsa autoimagem da “ciência pura”, que seria completamente apolítica. Um caso exemplar dessa contradição foi a palestra do jovem antropólogo Alberto Vojtěch Frič (1882-1944), um austríaco originário de Praga. Durante sua breve apresentação, ele denunciou o tratamento brutal dos Caingangues e Xoklêng pelos colonos europeus. Frič advertiu que a colonização se processava sobre os cadáveres de centenas de índios e sobre a escravidão clandestina de crianças e mulheres indígenas (Frič, 1910, p.65-67). As palavras francas de Frič foram uma verdadeira surpresa. Os americanistas ali presentes dirigiram sua indignação muito mais contra sua pessoa do

que contra os fatos que ele apresentara. Denegririam sua carreira por identificá-lo como um anarquista nacionalista tcheco que teria virado toxicômano no Brasil devido ao quinino e ao arsênio que tomara contra a malária (Penny, 2003, p.250-263). No mesmo congresso, Hugo Gensch (1861-1922), um médico luterano de Blumenau (Santa Catarina), ofereceu a “solução” para a questão indígena: adotar crianças e integrá-las a determinadas famílias, em vez de mandá-las para reservas ou internatos católicos, onde morariam por pouco tempo (Gensch, 1910).

Alberto Frič vinha de uma família de naturalistas e políticos. Aos 18 anos, viajou para o Brasil e passou a colecionar artefatos indígenas, que ofereceu depois aos antropólogos alemães Karl von den Steinen e Eduard Seler, ambos do Museu Real de Antropologia de Berlim. Impressionados pelo talento do autodidata, eles e outros colegas do Museu de Hamburgo encarregaram Frič de outra viagem ao Brasil. Em 1906, ele foi ao Paraná e Santa Catarina, onde testemunhou as atrocidades cometidas contra os indígenas pelas diferentes nacionalidades europeias (Penny, 2003, p.250, 263). Desiludido, Frič regressou à Europa e aproveitou a ocasião do 16º Congresso de Americanistas para propor um protesto coletivo contra aqueles atos de barbárie. No entanto, Frič acabou sendo atacado por não respeitar os critérios de objetividade científica e por misturar política com ciência.

No Brasil, seus argumentos foram rapidamente acolhidos pela imprensa regional e, por fim, alcançaram âmbito nacional (Stauffer, 1955). O tema se transformou – assim como as conferências organizadas por Cândido Rondon sobre os indígenas encontrados durante as expedições para extensão das linhas telegráficas pelas regiões amazônicas – em um debate crucial sobre a integração do índio ao nacionalismo embrionário da República Velha. Em 1910, dois anos depois do discurso do jovem antropólogo e dez anos após os ataques indígenas em Lucena, no Paraná, foi fundado o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), por iniciativa de Cândido Rondon. Essa instituição federal, de grande importância, apesar de pouco apreciada por muitos colonos, diminuiu a intensidade das perseguições bugreiras e salvou muitos grupos nativos do desaparecimento total (Penny, 2003; Santos, 1973, p.118 e s.).

Durante certo tempo, o SPI incentivou formas de coexistência entre indígenas e europeus. O presidente do estado do Paraná, Francisco Xavier da Silva, apoiou essa política e contratou indígenas cristianizados como guardas durante o trabalho de desmoita em terrenos que deveriam ser vendidos aos futuros colonos europeus. O SPI e alguns políticos experimentaram tais modelos de integração, mas, naquela época, não podiam avaliar as consequências psíquicas nocivas que teriam para os povos indígenas depois da expulsão de suas terras (Santos, 1973, p.118-119, 126-127, 144, 153).

A extraordinária política indigenista do presidente do estado do Paraná pode ser vista nesse contexto. Jurista e cientista social, ele respeitou a demanda por terra dos Caingangues e, em 1902 e 1903, assinou decretos que lhes asseguravam cerca de cinquenta mil hectares de terras no Paraná (Souza, 2011, p.45-46, 134). Essa decisão do presidente refletiu a autoconsciência dos estados jovens em face do governo federal, num complexo processo de transformação política do Império para a República federal. Precisamente, os anos de 1889 e 1900 foram marcados por reivindicações autônomas das antigas províncias, por conflitos em fronteiras, revoltas locais nativistas contra o capital estrangeiro, uma guerra civil e a Guerra de Canudos. A sensibilidade do presidente do Paraná para com as reclamações dos indígenas, no entanto,

não mudou o destino deles. Quando o noroeste do Paraná estava para ser urbanizado, em fins dos anos 1920, com novas vias de transporte financiadas por capitais ingleses, o SPI forçou a população autóctone para dentro das reservas.

Paraná como microcosmo globalizado: a imigração europeia

Até o século XIX, o Paraná tinha pouca experiência com imigrantes europeus. A fundação de missões jesuíticas no século XVII fracassou, devido aos bandeirantes paulistas. Nessa região, que carecia de riquezas minerais, a produção de mate e madeira e a criação de gado foram os fatores mais importantes da economia. Em 1808, o príncipe herdeiro dom João VI havia ordenado a abertura dos portos do Brasil. Os primeiros núcleos coloniais europeus foram fundados na Bahia e em Nova Friburgo (Sanglard, 2003), localidade próxima à cidade do Rio de Janeiro, e, a partir de 1824, no Rio Grande do Sul. Os primeiros decênios da política migratória no Brasil foram determinados pelo rei e, a partir de 1822, pelo imperador. Os europeus deveriam urbanizar vastas regiões do país, compor um contrapeso em relação à população afro-brasileira, em um clima racista e, no caso dos instalados no sul do país, assegurar a fronteira com o Uruguai. A partir de 1850, quando o Brasil proibiu o comércio de escravos, fazendeiros de café previdentes, como o paulista Nicolau Vergueiro, atraíram mão de obra europeia, pré-financiando as passagens de navio (Stolcke, 1988; Ziegler, 2005; Alves, 2008).

Em 1854, o Paraná foi a primeira província que decretou uma lei de terras devolutas, porém, só meio século depois as expedições militar-geográficas criaram atalhos através da selva para alcançar terras que podiam ser vendidas às agências de colonização estrangeiras. A venda da terra também levou a graves conflitos entre as autoridades e os caboclos que haviam tomado posse do terreno e careciam de títulos de terra.

Contrariamente às promessas feitas pelos fazendeiros de café paulistas e pelos agentes de emigração de que o Brasil seria um verdadeiro paraíso terreal, onde se podia alcançar facilmente o sucesso pessoal, muitos colonos experimentaram o oposto. As famílias imigradas eram pobres. Geralmente eram mal pagas nos cafezais, onde tinham que comprar víveres a preços demasiadamente altos nas próprias vendas das fazendas. Os relatórios do maestro suíço Thomas Davatz e do embaixador suíço Jakob Tschudi, além de várias cartas enviadas pelos colonos à Europa e vários artigos na imprensa europeia, contam histórias sobre exploração, febre amarela e outras doenças (Dewulf, 2007; Alves, 2008).

Como reação às notícias alarmantes, a Prússia proibiu, entre 1859 e 1896, a propaganda emigratória para o Brasil por meio de um decreto do ministro von Heydt. Além disso, a Prússia e a Suíça publicaram advertências contra a emigração para o Brasil, especialmente para São Paulo (Dewulf, 2007). O Império austro-húngaro, entretanto, não proibiu a propaganda para emigração e ainda chegou a facilitar a emigração por uma lei de 1867. Suas elites políticas viam a emigração como uma válvula de escape para a mão de obra excedente e para seus pobres, já que em sua maioria esses eram da Galícia e da Bucovina (uma espécie de “asilo austríaco de pobres”). Assim, o Império austro-húngaro tornou-se atrativo para os agentes de migração (Caro, 1909). No fim do século XIX, o estado do Paraná investiu dinheiro para atrair europeus. Ofereceu terras devolutas e até aproveitou-se da má reputação das fazendas de café paulistas.

Os camponeses da Galícia e da Bucovina, especialmente, fugiam da pobreza, da marginalização política e do serviço militar. Em grande parte devido à atividade dos agentes, cerca de cinquenta mil austro-poloneses e austro-ucranianos emigraram para o Paraná até 1900 e foram auxiliados pelo estado com terrenos (cada lote possuía 25 hectares), crédito, sementes e ferramentas. Atualmente, a maior comunidade ucraniana da América Latina se encontra no Brasil, e 75% deles vivem no estado do Paraná.

Conforme relatórios do consulado austro-húngaro em Curitiba (Bericht..., 26. März. 1901, 29. Juli 1903), havia súditos do império morando em Prudentópolis (cerca de 12 mil), Rio Claro (sete mil), Lucena (cinco mil), Tomás Coelho (quatro mil), Água Amarela (quatro mil), São João de Capanema, na linha Cândido de Abreu, Nova Galícia, Cruz Machado (fundada em 1910), entre outras localidades. Na falta de escolas, as autoridades austríacas mandavam livros escolares produzidos na Áustria para as colônias. Essa medida servia, em primeiro lugar, para tentar apelar ao patriotismo austro-húngaro supraétnico e, em segundo lugar, para evitar que os poloneses ou ucranianos se reunissem com seus nacionais e construíssem, por meio de livros locais, uma identidade étnica de cunho nacionalista. Como havia certo retorno migratório para a Áustria, o governo teve medo de que movimentos independentes se trasladassem para o Império austro-húngaro, que nos anos anteriores à Primeira Guerra Mundial se encontrava em crise terminal, causada em parte também pelos nacionalismos divergentes.

Além dos austríacos, o Paraná era também receptor de imigrantes da Itália, do *Reich* alemão (Seyferth, 1999) e da Espanha. Em 1908, o Paraná recebeu os primeiros grupos de japoneses. No final do século, 1/3 da população do Paraná era formado por imigrantes. Essa população era composta, sobretudo, por camponeses, donos de terrenos, artesãos, negociantes e também por trabalhadores das fazendas de café. Alguns fazendeiros possuíam três milhões de mudas de café. Nas primeiras décadas do século XX, o Paraná entrou numa grave crise econômica e começou a pôr à disposição suas terras ociosas para concessionárias ou diretamente para empresas de colonização (Beltrão et al., 2008, p.38; Mainka, 2008, p.44 e s.).

Segundo informações enviadas pelo consulado austro-húngaro em Curitiba para Viena, as oportunidades para futuros colonos haviam se deteriorado; e, com relação a preocupações nacionalistas, os súditos austro-húngaros não corriam o risco de perder sua identidade de origem, porque no Paraná já havia se desenvolvido uma pluralidade étnica (Bericht, 26. März 1901). Esse comentário ilustra um pensamento elitista de superioridade europeia e também mostra que a globalização implica igualmente um movimento de conservação da própria identidade cultural.⁹

Para aumentar o orçamento estadual e reduzir as dívidas, o estado do Paraná vendeu grandes superfícies de terras devolutas a concessionários de grupos empresariais (Beltrão et al., 2008, p.389). Uma das companhias responsáveis pela exploração no norte de Paraná, que possuía terras muito férteis, era um consórcio inglês presidido pelo escocês lord Lovat (Simon Joseph Fraser, 1871-1933), ex-diretor do Sudan Cotton Plantations Syndicate. Ele viajou para a região em 1923 com a intenção de lá plantar algodão. Durante sua permanência, foi contatado pelos gerentes da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná (CFSP), que era privada. A rede ferroviária, fundada por fazendeiros de café, deveria conectar o norte de Paraná com o porto de Santos e aumentar os rendimentos do produto. Lord Lovat voltou para a Inglaterra, fundou a Paraná Plantations Company e contratou Arthur Hugh Miller Thomas para dirigir

um programa de colonização no norte do Paraná através da sucursal Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP).

Os ingleses compraram também a maioria das ações da Companhia Ferroviária. Um dos acionistas era Edward, príncipe de Gales e irmão do rei da Inglaterra. A CTNP, controlada financeiramente por Londres e juridicamente pela política paranaense, comprou 12.500km² de terras e pediu ao SPI a transferência dos Caingangues que viviam na região para as reservas em Ivaí e Cândido de Abreu. A partir de 1930, a CTNP começou a vender terrenos. Na época, um alqueire, ou seja, 2,42 hectares, custava quatro dólares (Kohlhepp, 1975, p.37-41; Mainka 2008, p.49-50).

Em pouco tempo, desenvolveu-se nas terras da CTNP um microcosmo pluriétnico, que condensou processos de globalização. Em 1930, alemães oriundos da Rússia e da própria Alemanha fundaram a colônia Heimtal nesse terreno da CTNP. Heimtal deve ser vista como uma espécie de colônia modelo. Não muito longe de Heimtal, trabalhadores do porto de Danzig tentaram construir uma nova vida em Nova Danzig (a partir de 1937, chamada Cambé). Dois anos depois da Primeira Guerra Mundial, Danzig, atualmente parte da Polônia, foi declarada uma “cidade livre” protegida pela Liga das Nações, mas geograficamente isolada, o que significou desvantagens graves para sua população. No Paraná, os trabalhadores de lá procedentes não se transformariam tão rápido em camponeses e precisavam de crédito; assim, italianos e japoneses foram mandados para a colônia (Mainka, 2008, p.64; Oguido, 1988, p.51). Parte da mata havia sido cortada por suíços, eles também vítimas da crise mundial. As cidades vizinhas, Araongas e Mandaguari, foram colonizadas por camponeses espanhóis, e o aldeamento de Bratislava, por imigrantes eslovacos (Kohlhepp, 1975, p.56).

A cerca de 20km de distância de Bratislava foi fundada Rolândia, em 1932. Nesse caso a política europeia se condensaria de tal forma que os refugiados antinazistas foram forçados a coabitar com um par de nacional-socialistas locais. Londrina, a pequena Londres, fundada em 1930 como centro da CTNP e conectada ao mundo cinco anos depois pela ferrovia, cresceu rapidamente. Poucos anos após sua fundação, seus anais reportavam 31 nacionalidades, entre as quais libanesa e japonesa. A cidade, que possui atualmente oitocentos mil habitantes, definiu sua identidade já nos anos 1930 a partir de seu caráter pluricultural. Assim, o “Hino de Londrina” (1958) diz: “Londrina. Cidade de braços abertos/ a todos os filhos de nosso Brasil!/ E a todos aqueles de Pátrias distantes/ que aqui confiantes/ sob um pálio anil/ seu lar construíram/ e aos filhos se uniram/ do nosso Brasil” (CTNP, 29 abr. 1975, p.110). Depois da chegada dos imigrantes europeus e japoneses, comunidades negras também se desenvolveram em Londrina. Essas comunidades até hoje não receberam o devido reconhecimento e a valorização que merecem (Lanza et al., 2010, p.12). Cabe ressaltar que uma coabitação interétnica não significa “democracia racial”, para usar o conceito e as palavras de Gilberto Freyre, que desenvolveu essa ideia nos anos 1930 durante o regime de Getúlio Vargas.

O “outro exótico”: os japoneses no Paraná

O desenvolvimento do norte do Paraná, desencadeado especialmente a partir da imigração transatlântica, recebeu nova dimensão internacional com a vinda dos japoneses. Sua imigração se inicia em 1908, um ano depois da redução do fluxo japonês para os EUA, sendo o resultado

de um contrato bilateral entre os governos do Brasil e do Japão. Em 1917, foram fundadas companhias japonesas de imigração, como a Bratac e a Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (KKKK), que compraram terras também no Paraná. Até 1923, cerca de 32 mil imigrantes japoneses desembarcaram no porto de Santos, de onde migraram para o Paraná. Esse estado possui a segunda maior comunidade japonesa do Brasil, depois de São Paulo (Lesser, 2007, p.XIX; Takeuchi, 2010, p.47 e s.; Carneiro, 2010, p.66, 70).

Nesse período, a maioria dos imigrantes da primeira e segunda geração já era proprietária de terrenos. Os japoneses se estabeleceram como especialistas na irrigação, na produção de arroz e na exploração de pântanos. Os fazendeiros, que haviam tido experiências ruins com os europeus nas cafeiculturas, buscavam mão de obra nova. Em 1907, diplomatas austro-húngaros no Brasil já relatavam a reação de políticos brasileiros que, contrários à política imigratória, especialmente a italiana, pensavam em se aproveitar das rivalidades entre os imigrantes asiáticos e os europeus. Ao mesmo tempo, a Áustria temia uma redução considerável de suas exportações de porcelana para o Brasil, caso os japoneses comessem a produzir tais produtos em solo brasileiro (Post, 30. Set. 1907, 19. Nov. 1907). Além disso, a Primeira Guerra Mundial cortara o fluxo migratório com a Europa, ao passo que o fluxo com o Japão continuava, ainda que os teóricos das raças, influenciados especialmente pelas ideias de Herbert Spencer e Ernst Haeckel, pensassem ter suas teses confirmadas quando receberam as primeiras reações negativas a respeito da “raça amarela”. A ideia de um “perigo japonês” que se disseminou nas Américas englobou todo um conjunto de preocupações com esse Estado emergente no cenário mundial. No entanto, os teóricos brasileiros acharam uma solução. Nos anos 1930, os *nikkei* deixaram de ser uma “raça amarela”, termo usado no censo brasileiro, para se transformarem em uma “raça branca” (Sakurai, 1999; Lesser, 2007, p.XXIII).

Muitas pesquisas relevantes têm sido feitas no Brasil sobre os japoneses, mas não é fácil encontrar fontes sobre suas relações com outros grupos étnicos. Com certeza, pode-se afirmar que, inicialmente, a comunidade japonesa era fechada, e os casamentos interétnicos eram raros, ainda que houvesse alguns casos. O primeiro deles foi o de Shingo Matsuda e sua namorada ítalo-brasileira Magdalena Marchiari. A cerimônia foi celebrada em Curitiba, em 1919, e coberta pela imprensa local, assim como os casamentos subsequentes. Uma verdadeira atração foi o casamento de Tetsunosuke Yamamoto e a afro-brasileira Maria da Cruz dos Santos, em 1930. O primeiro casamento de uma brasileira de origem alemã com um japonês foi celebrado em 1926, na ocasião, Yonojo Omura disse “sim” a Tereza Schuneble. Todos os artigos mencionavam que os namorados japoneses tinham-se convertido ao catolicismo e recebido nomes católicos. Em 1934, quando a comunidade temia a proibição da imigração japonesa no governo de Getúlio Vargas, foi feito um álbum com fotos de casamentos interétnicos no Paraná para demonstrar a capacidade integrativa dos japoneses (Seto, Uyeda, 2002, p.137, 157 e s.).

A partir dos anos 1920, os japoneses passaram a migrar em maior quantidade para o Paraná. Desenvolveram-se colônias agrícolas como Assaí (atualmente Três Barras), Uraí e Nova Danzig, onde eram cultivados produtos típicos, como chá, acelga (*hakusai*), nabo (*daikon*), uma espécie de chalota (*rakkyo*) e poncã (*ponkan*). Entretanto, foi a cidade de Londrina que se transformou no centro da imigração japonesa no norte do Paraná. Os imigrantes abriram suas pequenas lojas, seus negócios e trabalharam no setor de serviços. O sonho do retorno

motivou as famílias a trabalhar com afinco, apesar dos ganhos irrisórios (Saito, 1977; Sakurai, 1999, p.215; Oguido, 1988, p.53).

A má organização da política colonizadora, entretanto, dificultou a integração. As famílias eram mandadas para as fazendas de café sem tradutor ou só com uma pessoa, muitas vezes pouco competente, que falava a língua dos imigrantes. Na Fazenda São Martinho, por exemplo, os japoneses não foram informados de que os salários seriam pagos a cada trimestre. Depois de esperar dois meses, as 25 famílias suspenderam os trabalhos. Esse grupo, contudo, era minoria entre as outras quinhentas famílias de origem italiana, espanhola, alemã, austríaca e chinesa, que não apoiaram a resistência dos novos estrangeiros (Seto, Uyeda, 2002, p.53). O pequeno grupo, desesperado, fugiu das fazendas, confirmando por sua vez os preconceitos contra a “raça” que não queria se assimilar. Dizia um provérbio da época: “O japonês é como óleo na água: não se mistura” (Sakurai, 1999, p.201; Takeuchi, 2010, p.37 e s.).

Outro ponto de estranhamento foram os rituais higiênicos matinais dos japoneses, o banho de imersão ao ar livre, que aborrecia bastante os europeus e brasileiros. A esse respeito, o imigrante japonês Isao Sano (citado em Sakurai, 1999, p.214) registrou em suas memórias suas primeiras impressões: “o nosso velho costume aqui não podia valer, pois aqui cada um tinha de escovar os dentes e lavar o rosto agachado sobre uma pequena bacia assentada no rego que corria atrás da lavoura; não havia torneira nem se usava bacia ou tina, nem pia. ... Que vida porca”. Os japoneses rapidamente adquiriram novos hábitos, recriando suas tradições no novo ambiente. Atualmente, os *nikkei* pertencem aos grupos mais flexíveis do Paraná, em termos culturais, porque são frequentemente transmigrantes, apesar da considerável distância entre o estado do sul brasileiro e a ilha asiática (Sagawa, 2008).

Houve ainda famílias japonesas vivendo em Rolândia, fundada perto de Londrina. Ali também deram sua contribuição à vida cultural, ainda que, devido ao fluxo migratório alemão, essa colônia tenha sido percebida como exclusivamente alemã.

Diferenças políticas num contexto global: Rolândia

Em 1932, Oswald Nixdorf, um agricultor alemão com experiência em Sumatra, transferiu suas atividades para o Paraná. Ele foi contatado por Erich Koch-Weser, presidente da associação alemã semiestatal Gesellschaft für wirtschaftliche Studien in Übersee, fundada em 1927 por banqueiros, políticos, armadores e negociantes para fomentar colônias alemãs no ultramar. Nixdorf comprou terrenos da Paraná Plantations Company para que as primeiras vinte famílias alemãs pudessem se instalar no norte do Paraná. Os terrenos da nova colônia, nomeada Rolândia, ficavam perto de Londrina, Nova Danzig e Heimtal, e possuíam 12 mil hectares. Como a crise econômica mundial e a vitória do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei – NSDAP) em julho de 1932 agravaram a emigração planejada, Nixdorf recebeu em Rolândia famílias teuto-brasileiras do sul do Brasil. A partir de 1936, Rolândia tornou-se “o fim da linha ferroviária” (Mainka, 2008, p.70 e s.) e, como consequência desse fato, vieram também, até 1939, colonos brasileiros, austríacos, russos, italianos, portugueses, espanhóis, japoneses e de outras nacionalidades. O japonês Yoshio Sassano, por exemplo, rodou milhares de quilômetros desde o Amazonas para comprar

uma fazenda de café perto de Rolândia. Outros japoneses também chegaram imediatamente após Yoshio; abriram pequenos negócios, como armazéns de secos e molhados.

A partir de 1933, se instalaram as primeiras famílias da referida associação semiestatal alemã, entre as quais havia um ilustre grupo de acadêmicos católicos, assim como luteranos: Erich Koch-Weser, antigo vice-presidente e ministro da Justiça da República de Weimar, e o político oriundo de Sarre Johannes Becher, que veio com sua família. Em 1939, chegava Johannes Schauff, ex-deputado do *Reichstag* do “Partido do Centro” (*Zentrumspartei*). Eles se transformaram em agricultores, produzindo, entre outros artigos, cana-de-açúcar, pinga e óleo de rícino.

A subida de Adolf Hitler ao poder em 30 de janeiro de 1933 influenciou enormemente o desenvolvimento de Rolândia. Nixdorf teve que negociar com os novos políticos fascistas que começaram a atrair colonos “arianos”. Para evitar conflitos, tornou-se membro do partido nazista (o NSDAP). Apesar disso, logo emergiram as contradições ideológicas entre as ideias liberal-capitalistas de Nixdorf e as das instituições nacional-socialistas. O fluxo de refugiados judeus e de políticos para nações com governos não totalitários trouxe várias famílias alemãs e austríacas também para Rolândia, que ao mesmo tempo fora eleita pelo braço estrangeiro do NSDAP um dos núcleos da “raça germânica” no Brasil. Os alemães que viviam na colônia professavam diferentes credos, mas concordavam na questão de que refugiados judeus não fariam bem à colônia. Nixdorf tinha que relatar à sede do NSDAP em Curitiba quais habitantes poderiam ser “judeus”. Ele incluiu então o alemão Erich Becker na lista como “provavelmente não ariano”, no entanto, quando passava pela bandeira nacional-socialista na entrada da colônia, dizia: “pobre Alemanha mentirosa” (Mainka, 2008, p.100 e s., 146).

Enquanto o primeiro grupo de imigrantes alemães tinha experiência na agricultura, embora tivesse pouco dinheiro, os colonos urbanos da classe média podiam comprar os terrenos maiores, apesar de carecerem de conhecimentos de agricultura. Eles aprenderam também com as práticas dos japoneses. Max Hermann Maier (1994, p.33) relatou em suas memórias que viajou ao Ingá para examinar plantações japonesas de hortelã.

Rolândia, que na Alemanha foi vista como um núcleo de refugiados judeus, era na verdade um microcosmo internacional desde os primeiros anos de sua existência. Ali concorriam os negócios da Casa Tokyo com os da Casa Marumby, de Waldomiro Lindberg, que vendia máquinas de escrever Underwood. Próximo da escola alemã, do clube alemão e da igreja luterana os japoneses construíram suas próprias instituições sociais e religiosas. Em 1937, o suíço Jakob Schupp abria até um cinema na cidade.

As comunidades de Londrina, Heimtal, Nova Danzig e Rolândia fundadas sobre terras originalmente indígenas, não ofereciam tradições históricas relevantes para os europeus. Não havia ali migrantes em sentido “clássico”, que deviam se integrar numa sociedade consolidada. Todas levaram suas próprias histórias e memórias, suas ideologias e culturas, para introduzi-las num contexto novo, que, por vezes, esteve marcado por conflitos.

Considerações finais

Emigração quase sempre significa uma ruptura radical com a terra natal e, conseqüentemente, a incorporação em contexto social distinto. Ao tentar reconstruir sua própria pátria dentro do

país receptor, os imigrantes procuravam na verdade recuperá-la. A migração é um elemento constitutivo de processos de globalização, que provocaram mudanças em determinados espaços por meio de novos processos de interação. O Paraná foi um desses espaços que se reconstituíram pelos processos de globalização que ali se condensaram. O dinamismo dos referidos processos foi descrito com base nas micro-histórias apresentadas, relacionadas ao conceito de “glocalização”. Se, por um lado, refletiram enfrentamentos entre as culturas indígenas e europeias, como o demonstra a primeira história, por outro houve enfrentamentos entre europeus e as altas classes estabelecidas na região, como ocorreu em Rolândia, e ainda entre grupos recém-imigrados (como ficou claro pelo exemplo da mão de obra japonesa). Esses microespaços consistem ainda em exemplos de coabitações interétnicas ativas. A micro-história biográfica de Frič ilustra tais formas de comunicação global em determinado contexto científico.

Em Rolândia e Londrina e nas colônias fronteiriças, os migrantes não puderam basear-se em estruturas historicamente desenvolvidas e se viram obrigados a reinventá-las na delimitação e no contato com outras culturas. As micro-histórias aqui abordadas objetivam fornecer sugestões para uma pesquisa mais profunda sobre a emigração austro-húngara para o Brasil em um contexto global e desejam ainda incentivar o questionamento de algumas tradições de pesquisa com um enfoque nacional/estatal, ainda que no Brasil os migrantes tenham servido ao esforço de formação de um Estado nacional abastado, que (na lógica dos anos 1930 e 1940) deveria ser o mais homogêneo possível. Conforme demonstrado pelo exemplo dos migrantes ucranianos e poloneses do Império austro-húngaro, nem todos os migrantes vieram de estados nacionais consolidados, porém, todos eles transferiam suas tradições, histórias e culturas. Muitas vezes eles não se instalaram em enclaves étnicos, primeiro porque a política brasileira de imigração tentou evitar tal fato, segundo porque muitos migrantes se transferiram para regiões de fronteira, onde frequentemente entravam em contato com outras culturas e etnias.

AGRADECIMENTOS

Este artigo não teria sido escrito sem a ajuda das seguintes pessoas (em ordem alfabética): Andreas Hofbauer, Estela Okabayashi, Klaus Nixdorf, Maria Luiza Andreazza, Raquel Kritsch e Ricardo Borrmann, a quem agradeço imensamente.

NOTAS

¹ Nessa e nas demais citações de texto em língua estrangeira, a tradução é livre.

² Diversas localidades citadas neste estudo não existem mais. Nas pastas do Arquivo Nacional (Viena) não se encontra nenhum mapa da região de linha Moema.

³ A correspondência diplomática sobre o conflito entre indígenas e os colonos austro-ucranianos (que vinham da Galícia e possivelmente até da Bucovina, duas províncias da parte austríaca da monarquia-dual austro-húngara, reformada em 1867, que atualmente fazem parte da Polônia, Ucrânia e Romênia) se encontra no Haus-, Hof- und Staatsarchiv (HHStA), Wien [Arquivo Nacional, Viena] nas seguintes caixas e pastas: HHStA, MdÄ, AR, F 15-58-1 até F 15-59-7, 9-19. Como o Ministério das Relações Exteriores [Ministerium des Äußern, MdÄ] representou ambos os governos (o austríaco e o húngaro) no estrangeiro, os diplomatas chamavam-se “austro-húngaros”. Os migrantes da Áustria e da Hungria viajavam com passaportes “austro-húngaros”. O império tinha o seu embaixador em Petrópolis (uma herança dos tempos imperiais brasileiros), e seus consulados localizavam-se no Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Curitiba e Porto Alegre.

⁴ Os rutênios (ucranianos) abraçaram o rito greco-católico. A Igreja católica bizantina grega usa elementos do rito litúrgico bizantino, porém, *sui juris*, está em comunhão com a Igreja católica romana. Hoje, a parte

ocidental da Ucrânia (que até 1918 pertenceu ao Império austro-húngaro) é predominantemente greco-unida, e a parte oriental é russo-ortodoxa. Na Galícia austríaca, os poloneses eram a etnia dominante. Por seu poder econômico, político e cultural, dominaram os rutênios/ucranianos.

⁵ No Império austro-húngaro, as fronteiras étnicas não correspondiam exatamente às linguísticas e territoriais. Essas fronteiras estavam entrelaçadas entre si, interpenetrando-se. Em 1910, o império constituía o segundo maior Estado da Europa, atrás apenas da Rússia. Sua extensão era de mais de 676.000km², e a sua população era de aproximadamente 53 milhões de pessoas. A metade austríaca do império (também chamada de Cisleitânia) abrangia 15 províncias, habitadas por 11 nacionalidades/etnicidades (germanófonos magiares, tchecos, eslovacos, croatas, poloneses, rutênios/ucranianos, romenos, eslovenos, italianos e judeus); deles 77% eram católicos; 8,8%, evangélicos; 8,7%, cristãos ortodoxos; 4%, judeus. A parte húngara (Transleitânia) era composta pela Hungria, Siebenbürgen, Croácia, Eslovênia e o porto de Fiume. A Bósnia, que havia sido ocupada em 1878 pela Áustria e Hungria, foi incorporada ao Império austro-húngaro em 1908. Sua população era muçulmana.

⁶ Entre 1772 e 1918, o velho reino da Polônia foi destruído e repartido entre as potências Prússia, Rússia e Áustria (a partir de 1867, o Império austro-húngaro).

⁷ Os livros de Karl Ilg são marcados por uma historiografia ainda influenciada pelo nacional-socialismo, uma vez que ele quis “reconstruir” enclaves de germanidade no Brasil. O autor esboçou uma imagem da imigração austro-húngara, como se todos os imigrantes fossem de língua alemã, loiros e de olhos azuis.

⁸ Sobre registro de migrantes, ver o banco de dados do Arquivo Público do Paraná, disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=78>. Acesso em: 22 jun. 2013.

⁹ Supõe-se que os cônsules pensavam numa identidade supraétnica austro-húngara.

REFERÊNCIAS

A REPÚBLICA.

[Artikel]. *A República*, s.l., v.43, n.36, 1901-1902. Kiste 17. Politisches Archiv. (Haus-, Hof- und Staatsarchiv, Wien). 3. Mai 1901.

ALVES, Débora Bendocchi.

Das Brasilienbild der deutschen Auswanderungswerbung im 19. Jahrhundert. Berlin: Wissenschaftlicher. 2008.

ANDREAZZA, Maria Luiza.

Ecos do populismo do leste europeu em colônia de imigrante. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v.16, n.1, p.9-36. 2011.

BECK, Ulrich.

Was ist Globalisierung? Irrtümer des Globalismus – Antworten auf Globalisierung. Frankfurt a.M.: Suhrkamp. 1997.

BELTRÃO, Kaizô et al.

Haine [Raízes]. Curitiba: Associação Brasileira de Dehassseguis. 2008.

BERICHT...

Bericht aus Curitiba, n.53143/1903, AR, F 15-59 (Brasilien 1897-1918). Ministerium des Äußern. (Haus-, Hof- und Staatsarchiv, Wien). 29. Juli 1903.

BERICHT...

Bericht aus Curitiba, n.10853/1901 und ad. n.351/1901, AR, F 15-59. Ministerium des Äußern. (Haus-, Hof- und Staatsarchiv, Wien). 26. März 1901.

BERICHT...

Bericht aus Curitiba. n.74, ad. 10854/1901, AR, F 15-59-9-19. Ministerium des Äußern. (Haus-, Hof- und Staatsarchiv, Wien). 26. Okt. 1900.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci.

O biótipo do imigrante ideal: nem negro, nem semita, nem japonês. In: Carneiro, Maria Luiza Tucci; Takeuchi, Marcia Yumoi (Org.). *Imigrantes japoneses no Brasil: trajetória, imaginário e memória*. São Paulo: Edusp. p.63-121. 2010.

CARO, Leopold.

Auswanderung und Auswanderungspolitik aus Österreich. Leipzig: Dunker und Humblot. 1909.

CNTP.

Companhia de Terras Norte do Paraná. Relatório. *Folha de Londrina*, Londrina, p.10. 29 abr. 1975.

CONRAD, Sebastian; ECKERT, Andreas.

Globalgeschichte, Globalisierung, multiple Modernen. Zur Geschichtsschreibung der modernen Welt. In: Conrad, Sebastian; Eckert, Andreas; Freitag, Ulrike. *Globalgeschichte: Theorien, Ansätze, Themen*. Frankfurt a.M.: Campus. p.7-49. 2007.

DER BEOBACHTER.

Der Beobachter, s.l., v.43, n.36, 1901-1902. Kiste 17. Politisches Archiv. (Haus-, Hof- und Staatsarchiv, Wien). 1. Mai 1901.

DER BEOBACHTER.

Der Beobachter, s.l., ad. n.21169/1901, AR, F 15-58-7. Ministerium des Äußern. (Haus-, Hof- und Staatsarchiv, Wien). 30. Jan. 1901.

DEWULF Jeroen.

Brasilien mit Brüchen. Zurich: Neue Zürcher Zeitung. 2007.

DIE ÖSTERREICHISCHE...

Die österreichische Reklamation. *Germania*, s.l., n.21169/1901, AR, F 15-58-7. Ministerium des Äußern. (Haus-, Hof- und Staatsarchiv, Wien). 2. März 1901.

ENGLISCH, Karl, Ritter von.

Die österreichische Auswanderungsstatistik. *Statistische Monatsschrift*, Wien, v.18, N.F. 1913.

FRIČ, Alberto V.

Völkerwanderungen, Ethnographie und Geschichte der Konquista in Südbrasilien. In: *Verhandlungen des XVI. Internationalen Amerikanisten-Kongresses Wien*: erste Hälfte. Wien: A. Hartleben's Verlag. p.63-67. 1910.

FUCHS, Eckhardt.

The politics of the republic of learning: international scientific congresses in Europe, the Pacific Rim, and Latin America. In: Fuchs, Eckhardt; Stuchtey, Benedikt (Org.). *Across cultural border: historiography in global perspective*. Lanham: Rowman and Littlefield. p.205-244. 2002.

GENSCH, Hugo.

Die Erziehung eines Indianerkindes: praktischer Beitrag zur Lösung der südamerikanischen Indianerfrage, Berlin 1908. In: *Verhandlungen des Internationalen Amerikanisten-Kongresses Wien*: zweite Hälfte. Wien: A. Hartleben's Verlag. p.1-56. 1910.

GEYER, Michael; BRIGHT, Charles.

World History in a Global Age. *The American Historical Review*, Bloomington, v.100, n.4, p.1034-1060. 1995.

ILG, Karl.

Heimat Südamerika: Brasilien und Peru. Wien: Tyrolia. 1982.

HOERDER, Dirk (Ed.).

European migrants: global and local perspectives. Boston: Northeastern University Press. 1996.

HOERDER, Dirk; HÉBERT, Yvonne; SCHMITT, Irina (Ed.).

Negotiating transcultural lives. Göttingen: V&R unipress. 2005.

KOHLHEPP, Gerd.

Agrarkolonisation in Nord-Paraná. Wiesbaden: Franz Steiner. 1975.

KUCZYNSKI, Eugen, Ritter von.

Eugen Ritter von Kuczynski an Ministerium des Äußern, Petrópolis, n. ad 21169/1901, AR, F 15-58-1. Ministerium des Äußern. (Haus-, Hof- und Staatsarchiv, Wien). 1901.

KUCZYNSKI, Eugen, Ritter von.

Eugen Ritter von Kuczynski an Ministerium des Äußern, Petrópolis, n. 21169, AR, F 15-58-7. Ministerium des Äußern. (Haus-, Hof- und Staatsarchiv, Wien) 6. Apr. 1901.

LANZA, Fabio et al.

Yá Mukumby: a vida de Vilma Santos de Oliveira. Londrina: UEL. 2010.

LESSER, Jeffrey.

A discontented diaspora: Japanese Brazilians and the meanings of ethnic militancy, 1960-1980. Durham: Duke University Press. 2007.

MAIER, Max Hermann.

Ein Frankfurter Rechtsanwalt wird Kaffeepflanzer im Urwald Brasiliens. In: *Exil in Brasilien: die deutschsprachige Emigration 1933-1945* (Eine Ausstellung des Deutschen Exilarchivs 1933-1945 der Deutschen Bibliothek Frankfurt am Main). Darmstadt: Druck- und Verlags-Gesellschaft. p.32-35. 1994.

MAINKA, Peter Johann.

Roland und Rolândia im Nordosten von Paraná: Gründungs- und Frühgeschichte einer deutschen Kolonie in Brasilien (1932-1944/45). São Paulo: Editora Unesp. 2008.

OGUIDO, Homero.

De imigrantes a pioneiros: a saga dos japoneses no Paraná. Curitiba: s.n. 1988.

OSTERHAMMEL, Jürgen.

The great work of uplifting mankind: Zivilisierungsmission und Moderne. In: Barth, Boris; Osterhammel, Jürgen (Ed.). *Zivilisierungsmissionen: Imperiale Weltverbesserung seit dem 18. Jahrhundert*. Konstanz: Universitätsverlag. p.363-425. 2005.

PENNY, H. Glenn.

The politics of anthropology in the Age of Empire: German colonists, Brazilian indians, and the case of Alberto Vojtěch Frič. *Comparative Studies in Society and History*, Ann Arbor, v.45, n.2, p.249-280. 2003.

POHL, Walter.

Konsul Walter Pohl an k. und k. österreichisch-ungarische Botschaft in Petrópolis, Curitiba, n.68, AR, F 15-59. Ministerium des Äußern. (Haus-, Hof- und Staatsarchiv, Wien). 4. Okt. 1900.

POHL, Walter.

Bericht von Konsul Walter Pohl, ad. n.7217/10,

AR, F 15-58-1. Ministerium des Äußern. (Haus-, Hof- und Staatsarchiv, Wien). 30. Dec. 1896.

POST.

Konsul Post an k. und k. österreichisch-ungarische Botschaft in Petrópolis, Rio de Janeiro, ad. n.97693, AR, F 15-59-28. Ministerium des Äußern. (Haus-, Hof- und Staatsarchiv, Wien). 19. Nov. 1907.

POST.

Konsul Post an k. und k. österreichisch-ungarische Botschaft in Petrópolis, Rio de Janeiro, ad. n.89653/1907. Ministerium des Äußern. (Haus-, Hof- und Staatsarchiv, Wien). 30. Sep. 1907.

PRATT, Mary Louise.

Imperial eyes: travel writing and transculturation. New York: Routledge. 1992.

PRUTSCH, Ursula.

A emigração de austríacos para o Brasil (1876-1938). Brasília: Embaixada Austríaca no Brasil. 2011.

PRUTSCH, Ursula.

El príncipe Rodolfo de Habsburgo posee tierra en el Brasil: problemas que afronta la historia de la migración austro-húngara. In: Opatrny, Josef (Ed.). *Emigración centroeuropea a América Latina.* Praga: Universidad Carolina. p.195-204. 2001.

ROTHERMUND, Dietmar.

Globalgeschichte und Geschichte der Globalisierung. In: Grandner, Margarete; Rothermund, Dietmar; Schwentker, Wolfgang (Ed.). *Globalisierung und Globalgeschichte.* Wien: Mandelbaum. p.12-35. 2005.

SAGAWA, Roberto (Org.).

O nikkei brasileiro. Assis: FCL Publicações. 2008.

SAITO, Hiroshi.

A integração e participação de japoneses e descendentes na sociedade brasileira. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-brasileiros. 1977.

SAKURAI, Célia.

Imigração japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada (1908-1941). In: Fausto, Boris (Org.). *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina.* São Paulo: Edusp. p.201-238. 1999.

SANGLARD, Gisele.

De Nova Friburgo a Fribourg através das letras: a colonização suíça vista pelos próprios imigrantes. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos,* Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.173-202. 2003.

SANTOS, Sílvia Coelho dos.

Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng. Florianópolis: Lunardelli Representações. 1973.

SCHLICK, Alexander; SCHABUS, Wilfried.

Colônia Tirol. Innsbruck: Tirol. 1996.

SETO, Claudio; UYEDA, Maria Helena.

Ayumi: caminhos percorridos: memorial da imigração japonesa. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná. 2002.

SEYFERTH, Giralda.

A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito. In: Fausto, Boris (Org.). *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina.* São Paulo: Edusp. p.273-313. 1999.

SLOTKIN, Richard.

Gunfighter nation: the myth of the frontier in twentieth-century America. New York: Harper Perennial. 1993.

SOJA, Edward.

Postmodern geographies: the reassertion of space in critical social theory. London: Verso. 1989.

SOUZA, Paulo Castro Afonso de.

Ângelo Cretã e a retomada das terras indígenas no sul do Brasil. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Antropologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2011.

STAUFFER, David Hall.

The origin and establishment of Brazil's Indian Service: 1889-1910. Tese (Doutorado) – University do Texas, Austin, 1955.

STOLCKE, Verena.

Coffee planters, workers and wives: class conflict and gender relations on São Paulo plantations, 1850-1980. Oxford: Macmillan. 1988.

TAKEUCHI, Marcia Yumoi.

O Império do Sol Nascente no Brasil: entre a idealização e a realidade. In: Carneiro, Maria Luiza Tucci; Takeuchi, Marcia Yumoi (Org.). *Imigrantes japoneses no Brasil: trajetória, imaginário e memória.* São Paulo: Edusp. p.25-62. 2010.

ZIEGLER, Béatrice.

Wirkungen der Einwanderungs- und Kolonisationspolitik Brasiliens im 19. Jahrhundert: eine segmentierte und hierarchisierte Wirtschaft und Gesellschaft. In: Nitschack, Horst (Hg.). *Brasilien im amerikanischen Kontext.* Frankfurt: Teo Ferrer Mesquita. p.91-115. 2005.

